



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



39

[Handwritten signature]

Município: **Doresópolis**

Exercício: **2016**

Nº do Processo: **1012549**

4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Função/ Subfunção/ Programa

Descrição	Valor Pago	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
36* - Ensino Fundamental				
0000 - ENCARGOS ESPECIAIS	43.267,94	0,00	0,00	43.267,94
0004 - ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL	716.223,62	547,20	19.137,78	735.908,60
Sub Total	759.491,56	547,20	19.137,78	779.176,54
366 - Educação Infantil				
0005 - ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO INFANTIL	408.990,07	0,00	5.168,96	414.159,03
Sub Total	408.990,07	0,00	5.168,96	414.159,03
Outras Subfunções / Pagamentos em outras Fontes				
12 - Total Educação	1.168.481,63	547,20	24.306,74	1.193.335,57

Resumo

Descrição	Valor
Valor Pago (A)	1.168.481,63
Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007)	1.984.647,06
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	24.853,94
Subtotal (C = A + FUNDEB + B)	3.177.982,63
Disponibilidade de caixa (D)	0,00
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (E)	4.924,00
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	0,00
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	24.853,94
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (H)	0,00
Total Aplicado (I = C - G + H)	3.153.128,69



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



33

[Handwritten signature]

Município: **Doresópolis**
Nº do Processo: **1012549**

Exercício: **2016**

4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Exercício Atual

Descrição	Percentual	Valor
Total das Receitas (Art. 212 da CR/88, EC 53/06, Leis nº 9394/96 e 11494/07)	0,00	11.043.641,67
J - Aplicação Devida (art. 212 da CF/88)	25,00	2.760.910,42
I - Valor da Aplicação	28,55	3.153.128,69
K - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (K = I - J)		392.218,27

Conclusão do Item:

Item Regular:

Foi aplicado o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal/88 (art. 212) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino num total de 28,55% da Receita Base de Cálculo.

Considerações:

A partir das informações contidas no Sicom/2016 tem-se que os pagamentos das despesas empenhadas com recursos da fonte 101 na ordem de R\$1.168.481,63 foram feitos por meio da conta bancária n. 22986-5/Educ. Recursos Próprios, mantida no Banco do Brasil S/A - Agência 968-7, tendo sido registrado que inexistiam disponibilidades financeiras nessa conta ao final de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



34
Jury

Município: Doresópolis
Nº do Processo: 1012549

Exercício: 2016

4.2 - Apuração Eletrônica das Despesas de Ensino

Apuração

Descrição	Valor
Total dos Valores Empenhados da Função 12 - Educação (A)	2.335.648,86
(-) Exclusões	
Empenhos com fontes não pertinentes	
100 - Recursos Ordinários	175.244,94
118 - Transferências do FUNDEB para Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício na Educação Básica	802.021,42
119 - Transferências do FUNDEB para Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica	38.422,05
122 - Transferências de Convênios Vinculados à Educação	3.017,20
144 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	26.966,02
145 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	8.349,00
146 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	16.279,29
147 - Transferência do Salário-Educação	70.115,19
218 - Transferências do FUNDEB para Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício na Educação Básica	1.898,18
Sub Total	1.142.313,29
Empenhos com fontes pertinentes com subfunções não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes e subfunções pertinentes com modalidades de aplicação não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes, subfunções e modalidades de aplicação pertinentes com elementos de despesas não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes 181 e 201 pagos com outras fontes (exceto 100 e 200)	
Sub Total	0,00
Total das Exclusões (B)	1.142.313,29
Total após exclusões (C = A - B)	1.193.335,57
(+) Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007) (D)	1.984.647,06
Total das Despesas (E = C + D)	3.177.982,63

Município: **Doresópolis**
Nº do Processo: **1012549**

Exercício: **2016**

4.2 - Apuração Eletrônica das Despesas de Ensino

Resumo

Descrição	Valor
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (F)	24.853,94
Disponibilidade de caixa (G)	66.102,97
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (H)	4.924,00
Saldo de Disponibilidade de Caixa (I = G - H)	61.178,97
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (J = F - I)	0,00
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (K)	0,00
Total Aplicado (L = E - J + K)	3.177.982,63

Considerações:

Os pagamentos das despesas com recursos próprios foram feitos por meio da conta bancária n. 22986-5/Educ. Recursos Próprios, sendo registrado que nela inexistia saldo ao final de 2016.
Foi apurada aplicação na MDE do valor de R\$3.153.128,69, sendo R\$1.168.481,63 com recursos próprios e R\$1.984.647,06 de contribuições ao Fundeb (Lei nº 11.494/2007).

Município: **Doresópolis** Exercício: **2016**
Nº do Processo: **1012549**
5 - Demonstrativo da Aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012)

1 - Receita de Impostos	
1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	
1112.02.00 - Imposto Sobre A Propriedade Predial E Territorial Urbana	884,96
1911.38.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	470,16
1931.11.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	400,02
Sub Total	1.755,14
1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)	
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	8.548,15
Sub Total	8.548,15
1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	
1113.05.01 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	265.812,56
1911.40.00 - Multas e Juros do Imposto sobre Serviços - ISS	237,00
Sub Total	266.049,56
1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	
1112.04.31 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	249.522,77
1112.04.34 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	6.660,04
Sub Total	256.182,81
1.5 - Receita resultante do Imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4º, inciso III)	
Sub Total	0,00
Total	532.535,66
2 - Receita de Transferências Constitucionais e Legais	
1721.01.02 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.986.369,85
1721.01.05 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	12.812,61
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	11.041,08
1722.01.01 - Cota-parte do ICMS	1.810.804,77
1722.01.02 - Cota-parte do IPVA	100.311,80
1722.01.04 - Cota-parte do IPI sobre Exportação	22.447,38
Total	9.943.787,49
TOTAL DAS RECEITAS	10.476.323,15



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



37

[Handwritten signature]

Município: **Doresópolis**
Nº do Processo: **1012549**

Exercício: **2016**

5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Função/ Subfunção/ Programa

Descrição	Valor Pago	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
122 - Administração Geral				
0008 - PROMOÇÃO QUALIFICAÇÃO SISTEMA DE SAÚDE	299.436,88	425,09	18.325,22	318.187,19
Sub Total	299.436,88	425,09	18.325,22	318.187,19
301 - Atenção Básica				
0008 - PROMOÇÃO QUALIFICAÇÃO SISTEMA DE SAÚDE	1.153.121,15	0,00	9.271,81	1.162.392,96
Sub Total	1.153.121,15	0,00	9.271,81	1.162.392,96
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
0008 - PROMOÇÃO QUALIFICAÇÃO SISTEMA DE SAÚDE	61.872,12	0,00	0,00	61.872,12
Sub Total	61.872,12	0,00	0,00	61.872,12
303 - Suporte Profilático e Terapêutico				
0008 - PROMOÇÃO QUALIFICAÇÃO SISTEMA DE SAÚDE	73.802,02	0,00	2.587,16	76.389,18
Sub Total	73.802,02	0,00	2.587,16	76.389,18
Outras Subfunções / Pagamentos em outras Fontes				
10 - Total Saúde	1.588.232,17	425,09	30.184,19	1.618.841,45

Resumo

Descrição	Valor
Valor Pago (A)	1.588.232,17
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	30.609,28
Subtotal (C = A + B)	1.618.841,45
Disponibilidade de caixa (D)	1.513,13
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (E)	0,00
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	1.513,13
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	29.096,15
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (H)	0,00
Total Aplicado (I = C - G + H)	1.589.745,30

Município: **Doresópolis** Exercício: **2016**
Nº do Processo: **1012549**
5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Exercício Atual

Descrição	Percentual	Valor
Total das Receitas (Art. 198, § 2º, III da CR/88, LC 141/2012)	0,00	10.476.323,15
J - Aplicação Devida (art. 7º da LC nº 141/2012)	15,00	1.571.448,47
I - Valor da Aplicação	15,18	1.589.745,30
K - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (K = I - J)		18.296,83

Conclusão do Item:

Item Regular:

Foi aplicado o percentual de 15,18% da Receita Base de Cálculo nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, obedecendo o mínimo exigido no art. 198 §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012.

Considerações:

De acordo com o Sicom/2016 os pagamentos das despesas com recursos próprios da saúde foram feitos por meio da conta bancária n. 22989-X/Saúde Recursos Próprios, mantida no Banco do Brasil S/A, tendo sido registrada a existência de disponibilidade financeira de R\$1.513,13 nessa conta ao final de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



39

[Handwritten signature]

Município: Doresópolis
Nº do Processo: 1012549

Exercício: 2016

5.2 - Demonstrativo da Aplicação do Resíduo (art. 25 da LC 141/2012)

Não existe valor residual a ser aplicado referente ao exercício anterior.



40
Jouy

Município: Doresópolis
Nº do Processo: 1012549

Exercício: 2016

5.3 - Apuração Eletrônica das Despesas de Saúde

Apuração

Descrição	Valor
Total dos Valores Empenhados da Função 10 - Saúde (A)	2.276.799,55
(-) Exclusões	
Empenhos com fontes não pertinentes	
112 - Serviços de Saúde	10.085,70
123 - Transferências de Convênios Vinculados à Saúde	29.884,70
148 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica	538.927,89
150 - Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde	13.650,80
155 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	65.409,01
Sub Total	657.958,10
Empenhos com fontes pertinentes com subfunções não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes e subfunções pertinentes com modalidades de aplicação não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes, subfunções e modalidades de aplicação pertinentes com elementos de despesas não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes 102 e 202 pagos com outras fontes (exceto 100 e 200)	
Sub Total	0,00
Total das Exclusões (B)	657.958,10
Total após exclusões (C = A - B)	1.618.841,45

Resumo

Descrição	Valor
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (D)	30.609,28
Disponibilidade de caixa (E)	52.238,14
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (F)	0,00
Saldo de Disponibilidade de Caixa (G = E - F)	52.238,14
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (H = D - G)	0,00
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (I)	0,00
Total Aplicado (J = C - H + I)	1.618.841,45

Considerações:

Os pagamentos das despesas com recursos próprios da saúde foram feitos por meio da conta bancária n. 22989-X/Saúde Recursos Próprios, tendo sido registrada a existência de disponibilidades de R\$1.513,13 nessa conta ao final de 2016. O total apurado nas ASPS foi de R\$1.589.745,30.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



41
Janaína

Município: **Doresópolis** Exercício: **2016**
Nº do Processo: **1012549**
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.)

Despesa Total com Pessoal no Ano

Descrição	Executivo	Legislativo	Município
3.0.00.00.00 - Despesa Bruta com Pessoal	5.584.604,14	401.171,83	5.985.775,97
3.1.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.584.604,14	401.171,83	5.985.775,97
3.1.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	5.584.604,14	401.171,83	5.985.775,97
3.1.90.01.00 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	35.880,00	0,00	35.880,00
3.1.90.01.02 - APOSENTADORIAS CUSTEADAS COM RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO	35.880,00	0,00	35.880,00
3.1.90.03.00 - PENSÕES	34.320,00	0,00	34.320,00
3.1.90.03.02 - PENSÕES CUSTEADAS COM RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO	34.320,00	0,00	34.320,00
3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	242.289,40	0,00	242.289,40
3.1.90.04.99 - Outros	242.289,40	0,00	242.289,40
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.314.147,99	331.082,05	4.645.230,04
3.1.90.11.01 - PESSOAL (RECURSOS: MÍNIMO DE 60%)	641.024,33	0,00	641.024,33
3.1.90.11.02 - PESSOAL (RECURSOS: 40%)	9.727,47	0,00	9.727,47
3.1.90.11.03 - PESSOAL CARGO EFETIVO (VINCULADO AO RPPS), EXCETO FUNDEB	253.603,02	0,00	253.603,02
3.1.90.11.04 - PESSOAL CARGO EFETIVO (VINCULADO AO INSS), EXCETO FUNDEB	2.533.914,03	0,00	2.533.914,03
3.1.90.11.05 - PESSOAL CARGO COMISSIONADO, EXCETO FUNDEB	531.119,14	82.690,41	613.809,55
3.1.90.11.06 - SUBSÍDIO VEREADOR	0,00	220.793,68	220.793,68
3.1.90.11.07 - SUBSÍDIO PREFEITO	275.808,00	0,00	275.808,00
3.1.90.11.08 - SUBSÍDIO VICE-PREFEITO	68.952,00	0,00	68.952,00
3.1.90.11.10 - SUBSÍDIO PRESIDENTE DA CÂMARA	0,00	27.597,96	27.597,96
3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	942.307,53	70.089,78	1.012.397,31
3.1.90.13.01 - FGTS (EXCETO FUNDEB)	2.050,16	0,00	2.050,16



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: **Doresópolis** Exercício: **2016**
Nº do Processo: **1012549**
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.)

3.1.90.13.03 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O INSS (EXCETO FUNDEB)	811.634,37	70.089,78	881.724,15
3.1.90.13.04 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS FUNDEB (MÍNIMO DE 60%)	125.720,35	0,00	125.720,35
3.1.90.13.05 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS FUNDEB 40%	2.722,18	0,00	2.722,18
3.1.90.13.99 - OUTRAS OBRIGAÇÕES	180,47	0,00	180,47
3.1.90.16.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15.659,22	0,00	15.659,22
3.1.90.16.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15.659,22	0,00	15.659,22

Exclusões da Despesa Total com Pessoal

Descrição	Executivo	Legislativo	Município
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Próprio.	0,00	0,00	0,00
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos da Fonte Tesouro	70.200,00	0,00	70.200,00
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	0,00	0,00	0,00
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00	0,00	0,00
Total das Exclusões	70.200,00	0,00	70.200,00
Total da Despesa com Pessoal para Fins de apuração de Limite	5.514.404,14	401.171,83	5.915.575,97



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



43
[Signature]

Município: **Doresópolis**
Nº do Processo: **1012549**

Exercício: **2016**

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.)

Receitas

Descrição	Valor
Receitas	13.191.700,28
Deduções	
(-) Deduções de Receita para formação do FUNDEB	
95 - FUNDEB	1.984.647,06
Sub Total	1.984.647,06
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto FUNDEB)	
Sub Total	0,00
Total	1.984.647,06
Exclusões	
Receitas Corrente Intraorçamentária	
Sub Total	0,00
Contribuição dos Servidores para o Sistema Próprio de Previdência	
Sub Total	0,00
Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	
Sub Total	0,00
Total	0,00
Receita Corrente Líquida do Município (Receita Base de Cálculo)	11.207.053,22

Cálculo do Percentual Aplicado da Despesa com Pessoal por Poder

Descrição	Executivo (54%)	Legislativo (6%)	Município (60%)
Permitido pela Lei Complementar 101/2000	6.051.808,74	672.423,19	6.724.231,93
Total da Despesa com Pessoal	5.514.404,14	401.171,83	5.915.575,97
% Aplicado	49,21	3,58	52,79
% Excedente	0,00	0,00	0,00

Conclusão do Item:

Poder Executivo

Item Regular:

O Poder Executivo obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, b, tendo sido aplicados 49,21% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

Poder Legislativo

Item Regular:

O Poder Legislativo obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, a, tendo sido aplicados 3,58% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

Município

Item Regular:

O Município obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 19, III, tendo sido aplicados 52,79% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



44
[Handwritten signature]

Município: Doresópolis
Nº do Processo: 1012549

Exercício: 2016

7 - Relatório de Controle Interno (art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, caput e § 2º, e art. 6º, § 2º, da INTC 04/16)

O Parecer do Controle Interno não é conclusivo

Conclusão do Item:

Item Regular:

O relatório de Controle Interno apresentado abordou todos os itens exigidos no item 1 do Anexo I, a que se refere o art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, caput e § 2º, e art. 6º, § 2º, da Instrução Normativa nº 04, de 14 dezembro de 2016".

Considerações:

1 - Verifica-se que o Relatório do Controle Interno encaminhado por meio do Sicom, datado de 27/03/2017, não se encontra assinado pelo responsável pelo Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, Sr. José Donizetti Gonçalves.

2- Não obstante no relatório do Órgão de Controle Interno ter sido abordado todos os itens estabelecidos no item 1 do Anexo I, da INTC n. 04/2016, nele não há manifestação conclusiva sobre as contas anuais do Prefeito, nos termos do § 3º do art. 42 da Lei Orgânica do TCEMG n. 102/2008.



45
[Handwritten signature]

Município: Doresópolis

Exercício: 2016

Nº do Processo: 1012549

8 - CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

ITENS REGULARES:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.1 - Créditos Suplementares (artigo 42 da Lei 4320/64)

Não foram abertos créditos suplementares sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4320/64.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.3.1 - Excesso de Arrecadação / Operação de Crédito (artigo 43 da Lei 4320/64 c/c § único do art. 8º, LRF)

Não foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos disponíveis, atendendo o disposto no artigo 43 da Lei 4320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4320/64 c/c § único do art 8º, LRF)

Não foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos disponíveis, atendendo o disposto no artigo 43 da Lei 4320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.4 - Créditos Disponíveis (artigo 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 CR 1988)

Não foram empenhadas despesas além do limite dos créditos autorizados, atendendo o disposto no art. 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 da Constituição da República de 1988.

3 - Repasse à Câmara conforme Caput Art. 29A da CF/88

O valor do repasse atendeu o disposto no inciso I do Caput do artigo 29A da CR/88.

4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Foi aplicado o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal/88 (art. 212) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino num total de 28,55% da Receita Base de Cálculo.

5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Foi aplicado o percentual de 15,18% da Receita Base de Cálculo nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, obedecendo o mínimo exigido no art. 198 §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012.

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.) - Poder Executivo

O Poder Executivo obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, b, tendo sido aplicados 49,21% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).



Município: Doresópolis
Nº do Processo: 1012549

Exercício: 2016

8 - CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.) - Poder Legislativo

O Poder Legislativo obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, a, tendo sido aplicados 3,58% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.) - Município

O Município obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 19, III, tendo sido aplicados 52,79% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

7 - Relatório de Controle Interno (art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, caput e § 2º, e art. 6º, § 2º, da INTC 04/16)

O relatório de Controle Interno apresentado abordou todos os itens exigidos no item 1 do Anexo I, a que se refere o art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, caput e § 2º, e art. 6º, § 2º, da Instrução Normativa nº 04, de 14 dezembro de 2016".

CONCLUSÃO:

Com base nas diretrizes definidas pelo Tribunal, após a análise da prestação de contas apresentada, propõe-se a aprovação das contas em conformidade com o disposto no inciso I do art.45 da Lei Complementar nº 102/2008, Lei Orgânica do TCEMG.

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.2 - Créditos Especiais (artigo 42 da Lei 4320/64)

Não foram abertos créditos especiais.

5.2 - Demonstrativo da Aplicação do Resíduo (art. 25 da LC 141/2012)

Não existe valor residual a ser aplicado referente ao exercício anterior.

* Os Relatórios que compõem esta prestação de contas foram anexados eletronicamente ao SGAP

CACGM/DCEN, em / /

Nome: JOSIMAR ALVES MARIANO

Cargo/TC: Analista de Controle Externo / 23130